

Exmo. Senhor Presidente
da Comissão Parlamentar de Ambiente e Energia
Deputado Tiago Brandão Rodrigues

S. Bento, 19 de outubro de 2022

Assunto: Audição, com carácter de urgência, do Ministro do Ambiente e Ação relativamente aos preços elevados e crescentes da energia

O site do governo anuncia que o governo faz “maior intervenção de sempre no mercado energético em Portugal” referindo-se ao pacote de 3 mil milhões de euros de apoio à fatura das empresas. De facto, esta intervenção é superior à intervenção do governo PSD/CDS em 2011 no mercado energético quando privatizou 21,35% da EDP por 2,7 mil milhões de euros, um valor inferior ao que agora vai ser injetado num só ano no sector energético sem receber nenhuma ação em troca. Antes, o Governo de António Guterres já tinha privatizado 68% da empresa. Este ano a EDP distribuiu 753,5 milhões de euros de dividendos. Já os seus lucros – apesar de terem sofrido uma quebra em relação ao ano passado devido à situação de seca severa – atingiram 306 milhões de euros no primeiro semestre de 2022.

A GALP foi praticamente toda privatizada por um valor cumulativo de 1,6 mil milhões de euros. O Estado mantém apenas 7,48% da empresa. Apesar deste valor residual, o Estado recebeu 169,1 milhões de euros em dividendos desde 2017, com os acionistas privados a arrecadarem 2,1 mil milhões nesse período.

O preço dos combustíveis tem aumentado drasticamente. A 17 de outubro de 2022, o gasóleo simples era vendido a 1,954 euros e a gasolina simples 95 a 1,886 euros o que compara, respetivamente, com 1,660 e 1,816 euros como preço de venda a 23 de fevereiro do mesmo ano, a que corresponde a uma subida de 29,4% no gasóleo e de 7% na gasolina.

No início de maio, o valor do Imposto sobre Produtos Petrolíferos (ISP) foi reduzido para replicar sobre os preços de mercado o efeito de uma descida da taxa de IVA de 23% para 13%. À data, o efeito estimado era de uma redução de 14,2 cêntimos por litro de gasóleo e de 15,5 na gasolina.

No início de outubro a medida foi ajustada dada a descida dos valores dos combustíveis nos mercados internacionais. Assim, a partir de 4 de outubro, a diminuição da carga fiscal passou a ser de 28,3 cêntimos por litro de gasóleo e 26,2 cêntimos por litro de gasolina. Ou seja, à data, esta redução do corte dos impostos resultou numa atualização do desconto do ISP em cerca de 0,1 cêntimos por litro de gasóleo e 4,4 cêntimos por litro de gasolina.

Apesar da redução de impostos, o preço dos combustíveis continuou a subir, assim como os lucros das empresas energéticas.

Os preços da eletricidade, como já se referiu, obrigam à enorme injeção de dinheiro público e mesmo assim preveem-se aumentos que se somam à generalidade dos aumentos que afetam em particular as camadas da população com menores rendimentos.

Estamos perante um círculo vicioso dado que os aumentos do preço da eletricidade e dos combustíveis têm impactos em toda a economia empurrando os preços dos bens essenciais para cima.

A total liberalização do sector energético em Portugal permitiu a geração de lucros e de dividendos recorde as super-ricos, em valores até superiores ao que deram pela compra dessas empresas, ao mesmo tempo que a sociedade perdeu mecanismo de controlo dos preços e das prioridades de produção e em que a generalidade da sociedade paga preços mais elevados que afetam particularmente quem tem menos rendimentos. Apenas o mercado regulado tem dado solução a aumentos extraordinariamente lesivos.

As medidas anunciadas pelo governo são claramente insuficientes. A presente crise inflacionária tem sido a constituição de preços elevados nos bens essenciais e, em consequência, a massiva transferência de riqueza do trabalho para o capital. As soluções do governo é participar nesta transferência de riqueza garantindo que verbas do orçamento de Estado são injetadas no sector energético sem controlo das empresas e sem imposto sobre os seus lucros extraordinários.

O preço dos combustíveis e da eletricidade é proibitivo para as famílias, para as deslocações casa-trabalho e para a generalidade da economia. Com a chegada do inverno e a necessidade de aquecimento das casas, os rendimentos das famílias serão ainda mais afetados por esta realidade.

São certamente necessárias políticas estruturais dirigidas a responder às alterações climáticas, a mudar a produção energética e a densificar os transportes públicos. Em todo o caso, neste momento que deve ser de transição energética, é preciso responder à população e garantir que os seus rendimentos não são confiscados para engrossar os lucros extraordinários das grandes empresas energéticas.

Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição, com caráter de urgência, do Ministro do Ambiente e Ação Climática relativamente aos preços elevados e crescentes da energia.

O Deputado do Bloco de Esquerda,
Pedro Filipe Soares